

INFORMATIVO EXTRAORDINÁRIO – PESQUISA DAS SERVENTIAS – JUIZADOS ESPECAIS

Nos dias 12 e 13 de fevereiro de 2020, estivemos com os magistrados do X JEC e XI JEC, situados no Fórum da Leopoldina, encontros que foram agendados para conversarmos sobre o resultado da pesquisa realizada em 2019, que buscou informações sobre a prestação jurisdicional das serventias. Na mesma oportunidade, conversamos sobre problemas pontuais de cada um dos juizados, em destaque atrasos nas audiências e demora no processamento dos autos.

No dia 12, a Presidente da Comissão de Juizados Especiais, Cyntia Lemos, e a Presidente da Comissão de Prerrogativas, Fernanda Baldanza me acompanharam, em diálogo com Dra. Daniela Reetz de Paiva, que se mostrou preocupada em solucionar problemas como atraso em audiência, fazendo, diariamente, gestão de conciliadores, juízes leigos e demais servidores, além de mostrar-se atenta aos pedidos da subseção quanto ao processamento dos autos.

No dia 13, o representante da Comissão de Celeridade Processual na OAB Leopoldina, Dr. Osiel da Matta, acompanhou-me ao XI JEX, onde fomos recebidos pelo Dr. Alexandre Pimentel Cruz, que informou estar tomando medidas para sanar os problemas pontuais, identificados junto à serventia.

Ambos os magistrados afirmaram que estão à disposição da OAB e da advocacia, solicitando que eventuais problemas evidenciados sejam levados ao seu conhecimento, para que seja possível construir soluções de forma cooperada. Em ambas as reuniões, mostramos nossa preocupação com a adequada prestação jurisdicional, sendo que, para problemas estruturais do TJRJ, precisamos ficar atentos à necessidade de transparência e melhor comunicação com a advocacia, que deseja ser respeitada em seu ofício.

Fato é que, não apenas no Fórum da Leopoldina, mas em todo Estado do Rio de Janeiro, a advocacia testemunha grandes dificuldades em atendimento à demanda dos jurisdicionados, uma vez que, dentre outros fatores, o Tribunal de Justiça vem investindo em projeto de automação, sem considerar que o processo eletrônico demanda a participação de servidores. Estamos trabalhando com o processo eletrônico como se ele fosse físico, portanto, precisamos de servidores nas serventias, sendo que as quotas reconhecidas pela corregedoria como suficientes, não retratam a realidade.

Em verdade, os poucos servidores que atuam nos cartórios estão sobrecarregados, estando sendo utilizados servidores virtuais, para, fora das serventias, darem suporte a diversos juízos. Aparentemente, o TJRJ deseja contratar menos servidores para que, a longo prazo, com a automação, seja cada vez menor a intervenção de um servidor, de modo que os custos orçamentários com folha de pagamento sejam reduzidos. A estratégia merece ser revista, pois o preço vem sendo pago pela advocacia e, principalmente, pela sociedade.

Ainda, no caso dos juizados especiais, não é admissível, que o procedimento fique à mercê de trabalho voluntário, o exercício de uma das funções do Estado não pode ficar submetido ao voluntariado. Não é admissível que sejamos todos dependentes da boa vontade de um conciliador voluntário, alguém que trabalha sem qualquer remuneração e, portanto, não tem o mesmo compromisso de um servidor público. Em posição similar, os juízes leigos são remunerados a depender de uma produtividade quantitativa, passando por uma capacitação que deve ampliar o diálogo com a Ordem dos Advogados, eis que estes juízes leigos também são advogados.

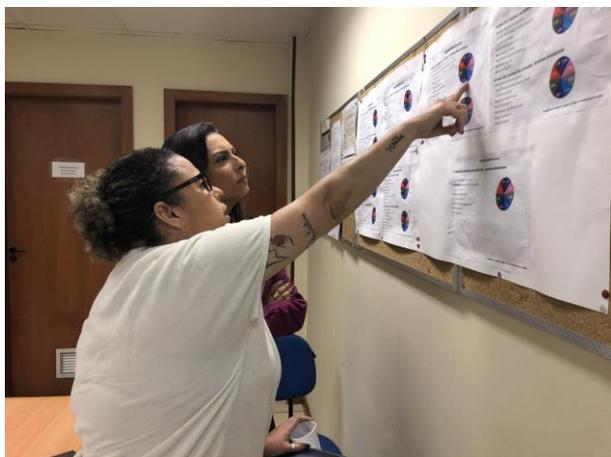
Se, hoje, temos um Poder Judiciário que frustra as expectativas daqueles que se servem de seus serviços, a razão envolve um complexo de fatores, que nos leva a repensar todo sistema. Em razão do que exponho, solicitei ao Presidente Luciano Bandeira o agendamento de reunião com o Presidente do Tribunal de Justiça, de modo que os pontos identificados como comprometedores do serviço prestado pelo Tribunal sejam tratados. No que tange ao Fórum da Leopoldina, as Comissões de Juizados Especiais, Prerrogativas e Celeridade Processual estão atuando junto com a Presidência, estando todos, **pessoalmente**, envolvidos no processo, para propositura de soluções, atentos às demandas da advocacia.

As reuniões com os magistrados continuam, assim como o desejo de todos os colaboradores da OAB de atuar em defesa dos interesses da advocacia e da sociedade.

Abaixo seguem nossos canais de comunicação, e peço que toda a advocacia seja olhos e ouvidos da OAB, para que possamos, juntos, identificar problemas pontuais e estruturais, para propor soluções, visando a melhora na prestação jurisdicional e preservação das prerrogativas da advocacia.

Um grande abraço em todos meus e minhas colegas.

Talita Menezes do Nascimento
Presidente da OAB Leopoldina



Telefones: 3976-5599 / 2560-2938 - **E-mail:** leopoldina@oabrj.org.br
Facebook: OAB/RJ – Leopoldina / **Instagram:** @oabrjleopoldina / **Site:** <https://oableopoldina.org.br>
Endereço: Rua Leopoldina Rego, nº 542/104, Olaria, Rio de Janeiro/RJ